

**Annelise Monteiro Steigleder**

# **Responsabilidade Civil Ambiental**

## **AS DIMENSÕES DO DANO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO**

3ª EDIÇÃO  
REVISTA E ATUALIZADA



*livraria* //  
DO ADVOGADO  
// *editora*

Porto Alegre, 2017

*Conselho Editorial*

André Luís Callegari  
Carlos Alberto Molinaro  
César Landa Arroyo  
Daniel Francisco Mitidiero  
Darci Guimarães Ribeiro  
Draiton Gonzaga de Souza  
Elaine Harzheim Macedo  
Eugênio Facchini Neto  
Giovani Agostini Saavedra  
Ingo Wolfgang Sarlet  
José Antonio Montilla Martos  
Jose Luiz Bolzan de Moraes  
José Maria Porras Ramirez  
José Maria Rosa Tesheiner  
Leandro Paulsen  
Lenio Luiz Streck  
Miguel Ángel Presno Linera  
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira  
Paulo Mota Pinto

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S818r Steigleder, Annelise Monteiro  
Responsabilidade civil ambiental : as dimensões do dano ambiental no  
direito brasileiro / Annelise Moteiro Steigleder. 3. ed. rev. atual. – Porto  
Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2017.  
279 p. ; 25cm.  
ISBN 978-85-69538-83-7

1. Direito Ambiental. 2. Responsabilidade civil. 3. Degradação ambiental. 4. Dano ecológico. 5. Reparação do dano. I. Título.

CDU – 349.6

Índices para catálogo sistemático:

Direito Ambiental  
Responsabilidade Civil  
Degradação ambiental  
Dano ecológico  
Reparação do dano

(Bibliotecária responsável: Marta Roberto, CRB-10/652)

# Sumário

Introdução .....	11
<b>1. O dano ambiental sob o paradigma antropocêntrico-utilitarista .....</b>	<b>17</b>
1.1. O diálogo entre a ecologia e o direito sobre a definição de dano ambiental .....	17
1.2. Os bastidores da construção do dano jurídico ambiental .....	24
1.2.1. A racionalidade científica e a natureza como objeto .....	26
1.2.2. A propriedade privada .....	29
1.2.3. O Estado: entre o público e o privado .....	37
1.2.4. O progresso .....	45
1.2.5. A sensibilidade humana em relação à natureza .....	49
1.3. O dano aos bens privados derivados da lesão ambiental .....	53
<b>2. A crise ecológica e os alicerces de novos paradigmas para o dano ambiental .....</b>	<b>61</b>
2.1. A crise da sociedade de riscos .....	61
2.2. Os discursos ecológicos: a emergência do valor ambiental .....	69
2.2.1. A <i>deep ecology</i> .....	71
2.2.2. O antropocentrismo alargado .....	76
2.3. A juridicização do meio ambiente .....	79
2.3.1. O meio ambiente como bem jurídico autônomo .....	79
2.3.2. O ambiente como bem de uso comum do povo .....	83
2.3.3. O direito fundamental da pessoa humana ao equilíbrio ecológico .....	86
<b>3. As dimensões do dano ambiental .....</b>	<b>99</b>
3.1. A autonomia do dano ambiental .....	99
3.2. A dimensão material do dano .....	108
3.2.1. Características do dano reparável .....	108
3.2.1.1. O dano incerto .....	109
3.2.1.2. A relevância .....	110
3.2.1.3. O dano impessoal .....	119
3.2.2. O tempo do dano .....	120
3.2.2.1. O futuro .....	121
3.2.2.2. O passado .....	129
3.2.3. Danos sociais vinculados ao dano ambiental .....	135
3.3. A dimensão extrapatrimonial do dano .....	139
3.3.1. O dano extrapatrimonial ambiental .....	139
3.3.2. Lesão ao valor intrínseco do ambiente .....	150

<b>4. A responsabilidade civil ambiental</b>	157
4.1. As funções da responsabilidade civil ambiental	157
4.1.1. Princípios informativos das funções da responsabilidade civil ambiental	161
4.1.1.1. A solidariedade com o futuro	161
4.1.1.2. Os princípios da precaução e da prevenção	165
4.1.1.3. O poluidor-pagador	170
4.2. O risco e os pressupostos da responsabilidade	173
4.2.1. A conexão entre a atividade e o dano	173
4.2.2. As excludentes de responsabilidade	180
4.2.3. A solidariedade dos corresponsáveis e a desconsideração da personalidade jurídica	187
4.2.4. A responsabilidade civil do Estado por danos ambientais	193
4.3. A responsabilidade pela situação do bem ambiental	204
4.3.1. Propriedade e função social	204
4.3.2. O adquirente de áreas degradadas	207
<b>5. A reparação do dano ambiental</b>	213
5.1. As formas de reparação do dano ambiental	213
5.1.1. A restauração <i>in situ</i>	213
5.1.2. A compensação ecológica	227
5.1.3. A indenização do dano ambiental material	237
5.1.3.1. Valoração econômica de recursos ambientais	239
5.1.3.2. Metodologias da NBR 14653-6, da ABNT	243
5.2. A reparação do dano extrapatrimonial	251
5.2.1. O valor da indenização do dano extrapatrimonial difuso	252
5.3. O olhar para o futuro	255
Conclusão	261
Referências bibliográficas	267